

# O orçamento federal e a inflação

21 OUT 1986

O governo acaba de divulgar os resultados da execução orçamentária referentes ao mês de setembro, que comentou com visível otimismo, porque o déficit foi menor do que se previa. Convém salientar que setembro foi o mês de maior arrecadação e também um mês de grande emissão de títulos federais, o que indica que o governo tenciona fazer provisões para enfrentar, até o final do ano, um déficit crescente. O problema não diz respeito tanto ao presente exercício, mas ao próximo, uma vez que, diante do descongelamento dos preços, somente a redução drástica do déficit poderá impedir a explosão da inflação.

Sem dúvida, o governo está tirando partido da explosão da demanda, que proporcionou a maior arrecadação mensal do ano, da ordem de 32,8 bilhões de cruzados. Importa esclarecer que, em contrapartida, no próximo mês o governo federal terá de desembolsar 1,5 bilhão de cruzados suplementares, para serem transferidos aos Estados e municípios, devido ao aumento da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI no mês anterior. Pode-se prever que, até o fim do ano, a arrecadação do governo federal continuará elevada, devendo ser mais alta ainda em dezembro, não só por causa do Natal como também porque se farão então

sentir, provavelmente, os primeiros efeitos do descongelamento.

O governo fez, realmente, considerável esforço para restringir as despesas, embora estas tenham sido maiores do que as de todos os outros meses do ano, com exceção do mês de março. Importa assinalar que o secretário do Tesouro, sr. Andréa Calabi, declarou que "houve uma forte contenção de despesas, absolutamente intencional". O problema é saber o que ele quis dizer com a palavra "intencional". Certamente, não quis dizer que o governo conseguiu, de fato, reduzir suas despesas, mas, apenas, que teve a intenção de deixar para os próximos meses, ou melhor, para depois da divulgação dos resultados das eleições, uma parte das mesmas. Nada mais compreensível, portanto, que se questione a efetividade de tais "economias".

Nota-se que, não obstante a contenção, as receitas de caixa foram inferiores, em 2,2 bilhões de cruzados, às despesas, reduzidas intencionalmente. Esse déficit transforma-se, porém, em superávit graças à receita proveniente da colocação de títulos da dívida pública, da ordem de dez bilhões de cruzados. Deste modo, o déficit converte-se num superávit de 7,8 bilhões. Não há dúvida que, consciente de que terá de enfrentar,

nos próximos meses, um déficit real ainda maior, o governo está acumulando reservas. Nos nove primeiros meses deste ano, a colocação líquida de títulos proporcionou 29,9 bilhões de cruzados, mas o secretário do Tesouro fez saber que, nos quatro próximos meses, a emissão de tais títulos deverá dobrar — por onde se vê claramente que o déficit não está sob controle, como sonhavam em fevereiro os mentores do Plano Cruzado. São estas perspectivas, aliás, que estão alimentando a incerteza do mercado financeiro e fomentando a elevação das taxas de juros, que alguns economistas do governo, fazendo eco ao ministro da Fazenda, têm lamentado — embora uma e outra decorram unicamente da avidez do governo...

A nota do secretário do Tesouro indica que a arrecadação do Fundo Nacional de Desenvolvimento foi, aproximadamente, de 4,5 bilhões de cruzados, e não fornece dados exatos sobre o volume de arrecadação do FND, que parece muito pequeno. Esclarece que esse Numerário do FND fica parado no Banco Central. Realmente, não entra na arrecadação, mas a palavra "parado" tem de ser interpretada, pois o dinheiro arrecadado permite reduzir a emissão monetária. Comunica-se que, devendo remunerar com 6%, além do IPC

(mais um sistema de indexação), o Banco Central emitirá uma obrigação com prazo casado de três anos, que será comprada pelo mesmo banco, que, assim, fornecerá recursos para aplicar em ações das empresas estatais rentáveis. Significa isto que o Banco Central terá de emitir recursos num montante superior à sua arrecadação.

Não será em 1986 que irá reduzir-se o déficit público. O que se pode perguntar é se, em 1987, o governo terá força política, após as eleições de que sairá vencedor, para reduzir de modo bastante sensível esse déficit. Se não tiver, o Plano Cruzado estará seriamente ameaçado no que tange à tentativa de extinguir a correção monetária e criar clima favorável aos investimentos produtivos. Com efeito, haverá uma inflação corretiva bem pesada. Aliás, não se sabe se será apenas corretiva, pois, permanecendo elevado o déficit, haverá pressão inflacionária suplementar e o governo terá de colocar títulos, que concorrerão para elevar as taxas de juros. Mais uma vez, o governo verifica que não pode fugir às leis econômicas. A ortodoxia sempre volta a reivindicar seus direitos. O descongelamento teria sido mais fácil, talvez, se as leis ortodoxas tivessem sido acatadas mais cedo...